

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.776 - PR (2018/0277730-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : N DOS S P F
ADVOGADO : JOÃO PAULO DE MELLO - PR055525
AGRAVADO : P F
ADVOGADOS : ADEMIR PEDRO KLEIN E OUTRO(S) - PR052823
VALDEMIR LENZ - PR052019
FABIO GOMES - PR069911

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
2. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por N DOS S P F contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 16/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 07/01/2019.

Ação: de divórcio litigioso proposta ajuizada N DOS S P F contra P F, na qual alega que se casaram no dia 20 de junho de 1981 sob o regime da comunhão parcial de bens, sendo que da união adveio o nascimento de três filhos todos maiores e capazes, já se encontrando separados de fato há 04 (quatro) anos, vivendo cada um em uma das casas na mesma propriedade que possuem. Argumenta que, desde a separação, os bens vêm sendo administrados pelo agravado que aufera todos os lucros, inclusive o valor do arrendamento das terras de plantio pela importância média anual de R\$ 15.000,00 (quinze mil

reais), além da renda proveniente dos aviários que perfazem em média R\$ 9.000,00 por alojamento, sendo que, por ano, são feitos 06 alojamentos de frangos. Assevera que amealharam os seguintes bens que devem ser objeto de partilha: a) Terra, registrada na matrícula nº 017511, ficha 01, livro 02, registrada no 3º ofício de registro de imóveis de Cascavel, Lote rural nº 416, subdivisão do mesmo lote 416, fazenda Andrada, gleba rio Cascavel 2ª parte, com área de 169.400,00 mt, 7.00 alqueires, situado neste município de Cascavel-Pr. b) 02 aviários que encontram-se sobre a terra; c) Duas casas (uma de madeira e outra de alvenaria que A seguir, passa a descrever as dívidas adquiridas pelo casal encontram-se sobre a terra no decorrer da convivência e que são do seu conhecimento: a) R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) – de financiamento dos aviários; b) R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) – de financiamento da lavoura; c) R\$ 8.000,00 (oito mil reais) – financiamento; d) R\$ 3.000,00 (três mil reais) – financiamento. Pede a procedência do pedido inicial com a divisão dos bens em comum na proporção de 50% para cada uma das partes, assim como dos lucros obtidos pelo agravado desde a separação de fato do casal. Pretende voltar a usar o nome de solteira, qual seja, N D S P.

Sentença: julgou procedentes os pedidos para o fim de decretar o divórcio do casal e determinar a divisão do patrimônio comum.

Acórdão: deu parcial provimento ao recurso de apelação do agravado, para excluir da partilha o valor correspondente ao terreno objeto da escritura pública acostada aos autos de origem, porém, partilhar todas as construções, plantações e benfeitorias existentes no referido imóvel, cujos valores deverão ser apurados em fase de liquidação, e redistribuir os encargos de sucumbência, nos termos da seguinte ementa:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO C/C PARTILHA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO REQUERIDO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO EM QUE O JUÍZO DE ORIGEM ACOLHEU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS PELA APELADA CONTRA A SENTENÇA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE

PREJUÍZO. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. PRELIMINAR REJEITADA. INSURGÊNCIA QUANTO AOS TERMOS DA PARTILHA. ALEGAÇÃO DE QUE O PATRIMÔNIO PARTILHADO FOI ADQUIRIDO ATRAVÉS DE SUB-ROGAÇÃO DE IMÓVEL PARTICULAR DO APELANTE. PARCIAL PROVIMENTO. SUB-ROGAÇÃO DEMONSTRADA PARA NA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL (TERRENO), MAS NÃO EM RELAÇÃO ÀS CONSTRUÇÕES, PLANTAÇÕES E BENFEITORIAS. PEDIDO DE CONDENAÇÃO DA APELADA AO PAGAMENTO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO PROVIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGADA CONDUTA PROCESSUAL IRREGULAR. REDISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS DE SUCUMBÊNCIA. NECESSIDADE. ADEQUAÇÃO AO DECAIMENTO EXPERIMENTO PELAS PARTES. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Embargos de Declaração: opostos por ambas as partes, foram rejeitados.

Recurso especial: alega dissídio jurisprudencial quanto à interpretação dos arts. 1.658 e 1.659 do CC/02. Argumenta que a Corte de origem deu interpretação divergente de outros tribunais acerca da necessidade de expressa sub-rogação, a fim de evitar dúvidas no que toca a divisão dos bens adquiridos durante a convivência. Sustenta que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná entendeu "que a existência de demonstração por meio das provas colacionadas aos autos no sentido de que o bem imóvel já pertencia ao requerido e foi vendido tendo adquirido mesmo muitos anos depois de casado outro imóvel demonstrava a sub-rogação, não exigindo que a mesma fosse expressa" (e-STJ fl. 720). Contudo, tal entendimento não se coaduna com as provas dos autos e ainda iria contra o entendimento de outros Tribunais.

Parecer do MPF: da lavra do I. Subprocurador-Geral ANTONIO CARLOS MARTINS SOARES, opina pelo não provimento do agravo em recurso especial.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da divergência jurisprudencial

A agravante não apresentou adequadamente o dissídio jurisprudencial, devido a ausência de cotejo analítico entre os julgados, sendo certo, que para a demonstração da divergência não basta apenas a transcrição de ementas.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, qual seja, modo pelo qual foi partilhado os bens do casal, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 5% os honorários fixados anteriormente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora